

Eletróbrás fecha acordo para pagar dívida de US\$ 800 milhões

Correção de débitos de empreiteiras supera estimativas anteriores da própria estatal

SUELY CALDAS

RIO — A Eletróbrás e suas quatro coligadas (Furnas, Eletronorte, Eletrosul e CHESF) fecharam anteontem acordo com empreiteiras para pagamento de uma dívida antiga, de quase US\$ 800 milhões, em condições favorecidas e em valores bem acima dos anteriormente estimados pela própria estatal do setor elétrico. O acordo foi firmado, apesar das investigações da CPI do Orçamento sobre a existência de um esquema paralelo de poder e corrupção, dirigido pelas maiores empreiteiras do País.

A dívida global com mais de 2 mil empreiteiras, empresas de consultoria e fornecedores de equipamentos tinha sido estimada em US\$ 635 milhões, em junho deste ano, pela própria Eletróbrás. Pelo acordo fechado anteontem, o valor subiu, ficando entre US\$ 750

milhões e US\$ 800 milhões. O presidente, José Luís Alqueres, e o diretor financeiro da Eletróbrás, Marcos José Marques, explicaram ao Estado que a diferença de quase US\$ 165 milhões deve ser atribuída a critérios diferentes de correção dos débitos. "O valor de US\$ 635 milhões inicialmente estimado não envolvia todos os credores e foi baseado em outra fórmula de correção", explicou Marques. Ele não detalhou a diferença de fórmulas nem especificou que credores foram incluídos.

Os US\$ 635 milhões foram declarados pela Eletróbrás à Secretaria do Tesouro, em junho, como "dívida vencida com fornecedores de bens e serviços até 31 de maio de 1993". Os dois dirigentes garantem que as condições de pagamento dos débitos — parte em dinheiro e parte em papéis emitidos pelo Tesouro e que podem ser usados na compra de empresas estatais e no pagamento de juros — "obedeceram rigorosamente aos critérios definidos pelo Tribunal de Contas da União".

Essa dívida com empreiteiras, consultores e fornecedores de

equipamentos foi contraída durante o governo de José Sarney. No período de Fernando Collor, o então presidente da Eletróbrás, José Maria Siqueira, tentou fazer o acerto em três ocasiões, mas o pagamento acabou suspenso em consequência de denúncias na imprensa de favorecimento às em-

preiteiras. Segundo ex-diretores da estatal, o empresário PC Farias receberia uma comissão de US\$ 50 milhões pela conclusão do negócio. Mesmo com PC incluído no acerto, a soma dos débitos não chegava aos quase US\$ 800 milhões que as subsidiárias da Eletróbrás alegam dever agora.

Alqueres e Marques dizem que os valores dos débitos foram auditados e confirmados pela Eletróbrás e que "são dívidas reconhecidas, que precisam ser pagas", não importando as denúncias de corrupção envolvendo as empreiteiras. O favorecimento claro nas condições acertadas refere-se à fórmula de correção dos débitos, que não levou em conta, em nenhum momento, as perdas provocadas pelo congelamento de preços do Plano Collor I. Por causa do plano, investidores, empresários, etc, tiveram de embutir perdas em seus contratos e pagaram um preço alto, com um deságio em média de 50% a 60%. As devedoras da Eletróbrás, ao contrário, foram privilegiadas e não perderam nem um centavo, pois tiveram a correção integral de seus créditos.

PERDAS DO PLANO COLLOR SERÃO REPOSTAS

Faturamento gordo

Quanto as maiores empreiteiras receberão da Eletróbrás — em US\$

Grupo Odebrecht	58,4 milhões
Camargo Corrêa	45,1 milhões
Andrade Gutierrez	29,9 milhões
Mendes Junior	15,3 milhões
Themag	14,3 milhões
Sade Engenharia	9,2 milhões